

A comunicação do estado, do mercado e da sociedade civil em torno da usina hidrelétrica Foz do Chapecó.

Carlos LOCATELLI¹

Resumo

Identifica a comunicação produzida pelo estado, o mercado e a sociedade civil no período de implantação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, em construção no sul do Brasil. Observa relações de poder de natureza e intensidade distintas, concentrados em instituições específicas, que se externalizam também em estratégias e instrumentos de comunicação. Na esfera estatal, apesar de o processo ter origem na política pública de desenvolvimento, o estado exerce um poder difuso e produz uma comunicação episódica, ligada ao estágio da obra e as ações dos mais distintos agentes governamentais no processo. Na sociedade civil, a disputa pelo monopólio da representação dos atingidos torna o poder mais fragmentado. Embora com menor intensidade que em situações semelhantes ocorridas na bacia do rio Uruguai, destaca-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), cujo poder se expressa pela capacidade de organização de parte dos atingidos e uma complexa rede de comunicação. Entretanto, na forma como o processo foi concebido após a privatização do setor elétrico, é o concessionário (Foz do Chapecó Energia S/A) quem apresenta maior diversidade e intensidade de poder e de estratégias e instrumentos de comunicação.

Palavras-chave: comunicação, poder, energia, hidrelétricas, usina Foz do Chapecó.

1. Comunicação e hidrelétricas

Este trabalho pretende identificar a comunicação produzida pelo estado, o mercado e a sociedade civil no período de implantação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, em construção no Rio Uruguai, no sul do Brasil². Trata-se, portanto, de um recorte temporal

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS), mestre em Economia Industrial (UFSC), professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Este trabalho é parte do projeto de pesquisa de doutorado *Comunicação na fase de implantação de hidrelétricas*, que desenvolvo junto ao PPGCOM/UFRGS, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Helena Weber. Agradeço aos comentários e críticas a uma versão preliminar deste paper pelas pesquisadoras Ilse

específico, entre o leilão de concessão (2002) e o início da operação (prevista para 2010). Não está em questão o período anterior ao leilão, quando a comunicação parece ter outra natureza (discussão sobre a construção ou não usina), bem como são distintos os atores envolvidos no debate e a comunicação que produzem (a disputa se dá essencialmente entre o estado e a sociedade civil), conforme se observa nos trabalhos de DUARTE (2004), FARIA (2004), BARROS (2004), MARQUES (2006) e GUICHENEY (2008).

A relevância acadêmica e social da retomada e renovação da temática a respeito das hidrelétricas, muito problematizada nos anos 80³, decorre em boa parte pela recente opção feita pelo estado de ampliar significativamente a oferta de energia elétrica no Brasil até 2030: neste momento, existem 135 empreendimentos de geração de energia elétrica em construção e mais 450 já foram outorgados. Embora nem todos sejam hidrelétricas nem de grande porte como a usina em questão, parcela significativa deles está em áreas críticas do ponto de vista ambiental e social em todas as regiões do país, inclusive em áreas evitadas no período anterior, como a Bacia Amazônica. Pelo planejamento estatal, isso pode significar a remoção de até 100 mil famílias nos próximos anos.

Agrava ainda a questão o fato de as experiências recentes⁴ demonstrarem que persistem os problemas de comunicação e de participação (que de fato estão imbricadas) das experiências das décadas anteriores, uma vez que as comunidades atingidas efetivamente não tem acesso, ou tem acesso restrito, às informações necessárias para participar adequadamente do processo decisório em momentos anteriores ao leilão de concessão. Ou seja, os projetos têm sido “empurrados goela abaixo”, ao contrário do que disse o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, às populações ribeirinhas do rio Xingu, bem como demonstra a disposição governamental de realizar o leilão apesar das pressões sociais contrárias⁵. E a história recente mostra que uma vez feito o leilão de concessão, as probabilidades de se cancelar a obra ou alterar as regras

Scherer-Warren e Ligia Lüchmann, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, durante o curso de Teoria dos Movimentos Sociais e Sociedade Civil, realizado no semestre 2009/1.

³ Com importantes contribuições, entre outros autores, de Carlos B.Vainer, Ilse Scherer-Warren, Maria José Reis, Neusa Maria Sens Blemmer e Silvio Coelho dos Santos.

⁴ Usinas de Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Itapiranga, na Bacia do Rio Uruguai, e as usinas Cana Brava e São Salvador, no Tocantins, e a de Jirau, no Madeira.

⁵ *Belo Monte não virá “goela abaixo”, diz Lula*. O Estado de São Paulo, 22/07/09, p. B4.

determinadas pelo estado, bem como a interpretação dessas regras pelo concessionário são restritas ou quase nulas⁶.

As experiências de construção de hidrelétricas após a privatização do setor elétrico nos anos 90 também permitem inferir que a partir da outorga da concessão, quando o estado empodera publicamente o concessionário (em geral empresa privada, nacional ou estrangeira, associada ou não a empresas estatais) constitui-se um sistema singular de poder, com raio de ação e prazo de validade definido (da outorga à operação, período que nos interessa aqui), envolvendo atores sociais com forças muito assimétricas, cada um produzindo sua própria comunicação.

Partindo-se de um olhar societal habermasiano, estão de um lado instituições ancoradas nos sistemas estado e mercado, dotadas de recursos legais, políticos, econômicos e cognitivos/simbólicos para cumprir as determinações da política pública de energia, dos contratos firmados entre o estado e o concessionário e das obrigações junto aos financiadores e investidores, num contexto onde o risco da operação⁷ está nas questões ambientais (obtenção das licenças de implantação e operação) e nas questões sociais (aceitação pacífica ou pela linha do menor conflito dos processos indenizatórios pelas pessoas atingidas). De outro, uma sociedade civil que emerge na forma de movimentos sociais e organizações não-governamentais, opondo-se ao processo ou sua lógica e lutando pela positivação de direitos dos atingidos, e também, contraditoriamente, de ongs e outras instituições que vêem nele a oportunidade de se obter ganhos individuais, classistas e políticos.

2. Estado, mercado e sociedade civil

Do ponto de vista teórico, esta análise assenta-se em uma matriz habermasiana, onde a sociedade pode ser entendida estruturalmente pela existência de dois sistemas, o estado

⁶ Do ponto de vista da população atingida, as evidências parecem indicar que sua margem de negociação diante de projetos de interesse nacional é baixa, independentemente da reivindicação apresentada, pois nenhum dos projetos hidrelétricos recentes foi interrompido ou atrasado por conta dessas demandas. Interessante ainda observar experiências que tem conseguido “retardar” o leilão, como no caso da Usina de Itapiranga, no Rio Uruguai. Isso ocorre mediante intensa organização social, compromisso formal dos movimentos sociais com o poder público dos municípios atingidos, intensa pressão sobre o Ministério das Minas e Energia, aliadas no nível local a estratégias incisivas de dificultar e impedir (até mesmo com a retenção privada) de contratados de empresas responsáveis pelos estudos básicos que permitiriam o leilão.

⁷ O termo risco atrelado a esse sentido é utilizado tanto por organismos multilaterais como o Banco Mundial, quanto pelo estado, como demonstra o Plano Decenal da Eletrobrás, e pelo empreendedor, conforme consta no Relatório Anual 2007 da Tractebel Energia S/A, maior geradora privada país.

e o mercado, e uma terceira dimensão, o mundo da vida, do qual emerge a sociedade civil, que em termos dinâmicos estão submetidos a um crescente processo de diferenciação e estratificação de grupos, resultando em diversos subsistemas especializados, entre eles o da política, da administração, da mídia, do conhecimento e da cultura. Essa matriz é particularmente útil na taxonomia proposta aqui para identificação das instituições, ou seja, para definir o lócus em que se encontram, mas, ressalte-se, não é entendida como portadora de limites rígidos, em virtude da permeabilidade das fronteiras e da tendência de colonização do mundo da vida pelos sistemas estado e mercado.

Quanto ao sistema do estado, para Habermas o estado nacional moderno pode ser concebido como a expressão institucional de uma população culturalmente homogênea, que com seus aparelhos administrativos tem condições de colocar em prática a vontade política por meio de atos executivos. (COSTA e SOARES MELO, 2009) Ao propor seu modelo alternativo de democracia, o deliberacionista, HABERMAS (1995) também atribui ao estado características que incorporam e ultrapassam as perspectivas democráticas liberal e republicana. Nesse sentido, em um ambiente democrático deliberacionista, “o estado permanece como agente central para organizar o sistema de direito; garantir a integridade da esfera íntima ou privada, incentivar os processos comunicativos informais que ocorrem entre os cidadãos; implementar demandas derivadas da sociedade civil; alcançar justiça distributiva ou institucionalizar novos direitos, entre outras funções necessárias à democracia“. (MAIA, 2008, p.56)

Quanto ao sistema mercado, ele responde, por meio do instrumento dinheiro, pela organização da produção e do consumo, a regulação das trocas internas entre os empreendedores capitalistas, as trocas externas entre os consumidores e as trocas de bens e serviços. (MAIA, 2008, p. 65)

De outra forma, o mundo da vida refere-se a estrutura cultural dos contextos e das situações de ação, funcionando como “um estoque de conhecimento de fundo, pré-reflexivos, de orientações valorativas que persistem e são herdadas do passado”. (MAIA, 2008, p. 66) Para ARATO e COHEN (1994), o mundo da vida encerra a reprodução e produção das tradições, especialmente por meio de instituições, que tem

grau de formalização e permanência maior e dão a base fundante da sociedade civil. Ou seja, para esses autores, o mundo da vida é o substrato da sociedade civil.

Nesse sentido, a sociedade civil configura

“um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e a diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionado à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organizações em torno de interesse públicos e valores, incluindo-se os de gratuidade/altruísmo, distinguindo-se dos dois primeiros setores (...) que estão orientados preferencialmente pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia”.
(SCHERER-WARREN, s.d., p. 2)

SCHERER-WARREN e LÜCHMANN (2004, p.19) apontam que “esse novo contorno conceitual de sociedade civil, supera a dicotomia público-privado, representado pelo Estado e o mercado, respectivamente, uma vez que ao denunciar e publicizar problemas sociais a sociedade civil opera no campo público, porém diferente do estado, e está ancorada na esfera privada, mas diferenciando-se do mercado ao operar no âmbito público.”

Na dinâmica do modelo, Habermas observa a tendência dos sistemas estado e mercado colonizarem o mundo da vida e determinar nesse ambiente suas lógicas próprias. Em contrapartida, a sociedade civil desenvolve condições, especialmente por meio de movimentos sociais interessados na ampliação dos direitos e da democracia, para tematizar questões que impedem que indivíduos e grupos alcancem os fins escolhidos, interferindo na dimensão do estado, sobretudo influenciando para as instituições do centro do sistema político agirem considerando o interesse dos cidadãos e, preferencialmente, positivando suas demandas na forma de direitos.

É justamente sobre essas fronteiras permeáveis que está o foco deste trabalho: identificar quais as instituições do estado, do mercado e da sociedade civil produzem comunicação em torno de uma temática específica para tentar influenciar a opinião e a vontade pública e criar ou dificultar fluxos ascendentes de opinião e vontade na esfera

civil rumo a esfera pública, de modo a atingir ou não a esfera de decisão política diretamente ou via o subsistema midiático, visando o atendimento dos seus interesses.

Servindo-se dessa moldura teórica, pode-se interpretar que a construção de uma usina hidrelétrica é um processo que, à priori, face as suas características intrínsecas (requer o deslocamento “pacífico” de populações e a modificação de seus modos de vida) tem potencial para permitir uma colonização abrupta do mundo da vida pelo estado e pelo mercado (no tempo da implantação da usina, em geral quatro anos), levando por consequência, a uma reação da sociedade civil a este processo. Nesse contexto, a questão da legitimação social dos atos estatais e privados em um ambiente democrático torna-se fundamental. Conforme aponta DAGNINO (2002), tensão e conflito são característicos nas relações entre o estado e a sociedade civil (que neste caso incluem também o mercado), sendo sua intensidade dependente da quantidade e da centralidade do poder que compartilham. É na direção do entendimento da dinâmica, centrada nos produtos e estratégias de comunicação, que se pretende avançar.

3. O Projeto Uruguai

No planejamento da oferta energia elétrica nacional, o aproveitamento do potencial do Rio Uruguai e seus afluentes é considerado estratégico pelo estado, tanto por sua localização, próxima de grandes centros consumidores, quanto por suas características geográficas. Para o completo aproveitamento do potencial hidrelétrico da Bacia⁸, nos anos 60 foram realizados estudos de inventário pelo Consórcio Canadense-Americano-Brasileiro (Canambra), que identificou a possibilidade de 30 barramentos do rio. Em 1978, a estatal Eletrosul deflagrou o Projeto Uruguai, identificando 23 pontos viáveis para a construção de usinas. Ao final desse processo, foi recomendado a construção de 10 no trecho brasileiro e outras três no trecho internacional (entre o Rio Grande do Sul e a Argentina)⁹. (SANTOS e REIS, 2002)

Após o processo de privatização do setor elétrico, na década de 1990, foram construídas quatro usinas no trecho brasileiro (Itá, em 1999; Machadinho, em 2001; Barra Grande, em 2006 e Campos Novos, em 2008) e uma está em construção (Foz do Chapecó,

⁸ A Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, integrante da Bacia do Prata, se estende por territórios do Brasil, da Argentina e do Uruguai. O trecho em território nacional abrange aproximadamente 75,3 mil km², dos quais 46,3 mil km² no estado de Santa Catarina e 29 mil km² no estado do Rio Grande do Sul.

⁹ Os estudos do trecho internacional foram realizados pela Eletrobrás.

objeto deste estudo, prevista para funcionar em 2010)¹⁰. No total, a construção das cinco usinas implicará na remoção de cerca de nove mil famílias.

Os estudos do uso do trecho rio Uruguai onde está sendo instalada a usina Foz do Chapecó iniciaram na década de 60 pelo extinto Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAEE), sendo seu potencial e impactos socioambientais reavaliado e confirmados em estudos de 1984. As obras da usina iniciaram em 2003 e a capacidade da usina será de 855MW, equivalente a 25% do consumo de energia elétrica de Santa Catarina ou 18% do Rio Grande do Sul.

A usina hidrelétrica Foz do Chapecó integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões, parte financiado pelo Bndes. O leilão da concessão ocorreu em 2002, sendo vencedor o Consórcio Energético Foz do Chapecó, posteriormente denominado Foz do Chapecó Energia, formada atualmente pela CPFL, a estatal Furnas e CEEE-GT. A nova empresa passou a deter a concessão em agosto de 2007, quando foi assinado contrato com a Aneel, com validade por 30 anos, podendo ser prorrogada por outros 30.

O canteiro de obras e o reservatório da usina Foz do Chapecó ocupam áreas em seis municípios de Santa Catarina (Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Paial e Itá) e seis do Rio Grande do Sul (Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande e Itatiba do Sul).

O reservatório ocupará uma área de 79,2 km², dos quais 40,0 km² são da própria calha do Rio Uruguai. Ao todo, segundo os estudos preliminares, feitos antes do leilão de concessão, 4 mil hectares seriam inundados, outros 13 mil hectares adquiridos para instalar o canteiro de obras e os reassentamentos coletivos. Nessa configuração, o reservatório da usina e a área de preservação permanente exigida por lei atingiria 2.784

¹⁰ Entre as demais seis previstas, destacam-se pelo porte a de Itapiranga (na divisa de SC com RS) e a de Roncador, Garabi e São Pedro, todas na divisa do Rio Grande do Sul com a Argentina. Os estudos em Itapiranga foram interrompidos graças a pressão da população local, mas a obra ainda consta no PAC. Em 2010, a estatal brasileira pretende começar a construção da usina Garabi, a maior de todas da bacia, com capacidade instalada de 3 mil MW, em um projeto binacional com a Argentina. Os estudos de viabilidade estarão prontos em 2009. (OESP, 14/07/2009, p. B2)

famílias (proprietários, filhos de proprietários, meeiros, arrendatários e trabalhadores rurais) e 1.500 propriedades, que teriam como opção indenização em dinheiro, carta de crédito e reassentamento coletivo. Quando não aceitam a proposta do concessionário, o caso é encaminhado à justiça.

Entretanto, a revisão do cadastro original feito pelo concessionário e a forma como foram conduzidas as negociações modificaram o número de atingidos e indenizados, bem como a área de terras adquiridas, especialmente devido a drástica redução de pessoas que optaram por reassentamentos coletivos. Segundo o concessionário, foram atingidas 1.600 propriedades, quase todas indenizadas em dinheiro. Apenas cerca de 60 proprietários por carta de crédito, uma vez que o valor da indenização não seria suficiente para adquirir outra propriedade. O número de não-proprietários atendidos foi de 273 (sendo 235 com carta de crédito e 38 na modalidade reassentamento rural coletivo)¹¹. Pelo cronograma da obra, em dezembro de 2009 estará concluído o processo de remoção das famílias, iniciando-se o enchimento do reservatório, previsto para estar concluído em julho de 2010. Até dezembro de 2010 a usina estará em operação plena.

4. Comunicação social: obrigatória por imposição da lei ambiental

Nos últimos anos houve uma significativa contribuição teórica em torno da temática comunicação e hidrelétricas, tratando, sobretudo, de temas como visibilidade, discussão e participação da sociedade civil no processo de licenciamento ambiental, especialmente em torno do EIA-Rima e das audiências públicas. Os trabalhos analisam o papel estratégico da comunicação para a participação social nos processos de licenciamento ambiental e instalação de grandes empreendimentos (FIGUEIREDO, 2002); tratam de aspectos de comunicação com a sociedade, da democratização da informação, de negociação dos empreendimentos e da mediação dos conflitos (FARIA, 2004); da transferência da informação na fase de audiência pública, durante o processo de licenciamento ambiental (BARROS, 2004); da formação da opinião pública e da participação dos agentes envolvidos e da mídia na definição de empreendimentos energéticos (MARQUES, 2006); apresentam ferramentas comunicacionais para ações participativas (GALHARDO, 2007); e, a partir de perspectiva deliberativa, tratam do

¹¹ Foz do Chapecó Energia, posição em outubro de 2009.

conflito socioambiental em torno do qual se constitui um ambiente específico de tematização e troca de pontos de vista (GUICHENEY, 2008).

Entretanto, as pesquisas tem como recorte temporal a fase anterior ao leilão de concessão. Assim, permanece a descoberto o período tratado neste trabalho, que se dá entre o leilão e o início de operação, quando, em nossa hipótese, se estabelece uma comunicação específica em torno dos empreendimentos diante dos impactos previstos EIA-Rima.

Por conta disso, retoma-se uma breve análise da assimilação da comunicação como um dos elementos desses processos. Durante o regime militar, quando foram construídas grandes hidrelétricas como Itaipu, Tucuruí e Serra da Mesa, entre outras, os projetos desenvolvidos pelas empresas estatais não contemplavam programas de comunicação sistemáticos para a população atingida e, via de regra, quando havia, a comunicação era de caráter publicitário. Tampouco existiam oportunidades de acesso público aos documentos dos projetos, e, menos ainda, de espaço para participação.

Essa situação mudou a partir dos anos 80 face a vários fatores políticos, econômicos e das relações estado-sociedade civil, alguns de caráter mais geral¹², que dizem respeito a toda e qualquer ação que afete o meio ambiente, e outros específicos, ligados a temática das hidrelétricas. No plano específico das barragens, o marco é a reação das populações atingidas¹³ aos planos do governo federal de construir dezenas de barragens.

Assim, a comunicação surge como um corolário da questão ambiental e da participação social nos processos decisórios de implantação dos empreendimentos. É, portanto, comunicação pensada até o momento que se encerra com a audiência pública e a decisão de implantação. Posteriormente, a comunicação passou também a ser uma preocupação da fase de implantação dos projetos, quando os impactos socioambientais

¹² Entre os de alcance mais amplo estão um conjunto de mudanças na legislação e na política ambiental, a crescente pressão da sociedade civil em torno de temas ambientais e as exigências socioambientais de organismos multilaterais, sobretudo do Banco Mundial O Banco Mundial e a União para Conservação Mundial (IUCN) apoiaram em 1997 a criação da Comissão Mundial de Barragens, que produziu debates e documentos sobre as questões a serem observadas nessas situações.

¹³ Na época da divulgação do Projeto Uruguai, as usinas alagariam cerca de 1.500 km² de terras localizadas em 177 municípios da bacia, desalojando diretamente 36 mil pessoas. A mobilização da população foi organizada inicialmente no CRAB e, nos anos 80, no Movimento dos Atingidos por Barragens.

previstos efetivamente acontecem, como um requisito de visibilidade pública e de prestação de contas sobre os programas mitigatórios e compensatórios previstos no EIA-Rima.

O marco legal da discussão remete a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu um processo de licenciamento ambiental ordenado, de maneira a permitir a participação social nos processos decisórios e, entre outros pontos, criou o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima), uma base de referências bibliográficas e de legislação ambiental, ancorada na Rede Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (Renima).

Posteriormente, a resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, em seu Artigo 2º, impôs a necessidade de elaboração EIA e de Rima para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente e transformou essas peças não apenas em um conjunto requisitos técnico-jurídicos para garantir a qualidade socioambiental dos empreendimentos aos órgãos concedentes e fiscalizadores, mas em fontes de informação e de exigência de comunicação sobre e no próprio processo.

Na Constituição Federal de 1988 a questão da transparência e da comunicação das questões ambientais ganhou destaque no artigo 225, que estabelece que “se dará publicidade” aos estudos prévios de impacto ambiental no caso de projetos que podem causar “significativa” degradação do meio ambiente.

Na remodelação do setor elétrico, após o processo de privatização, o Decreto nº 3.942/2001 atribuiu a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente a condição de órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), a quem cabe "coordenar, por meio do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima), o intercâmbio de informações entre os órgãos integrantes do Sisnama." Em 2003, a Lei nº 10.650 garantiu o acesso público às informações de todos os órgãos e entidades vinculadas do Sisnama.

A comunicação praticada pelo concessionário, entendida legalmente como “comunicação social”, tornou-se obrigatória quando o Conama, ao considerar a necessidade de editar regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de grande

porte, especialmente aquelas nas quais a União tenha interesse relevante, indicou pela Resolução Conama 006/1987 que a Licença de Instalação (LI) dos empreendimentos de aproveitamentos hidrelétricos fosse obtida mediante a entrega do Plano Básico Ambiental (PBA).

O PBA consiste na especificação de um conjunto de programas a serem desenvolvidos na etapa de implantação dos projetos, cujos princípios e diretrizes gerais foram determinados anteriormente nos estudos ambientais (EIA e RIMA), respeitando as exigências e condicionantes fixadas pelo órgão ambiental licenciador. A implantação de programas de comunicação social para informação da população atingida pelo empreendimento é um dos itens obrigatórios do PBA e sua não execução implica no impedimento do empreendedor obter a Licença de Implantação, inviabilizando ou paralisando a obra.

Importante salientar que todas as ações de comunicação estão interligadas com os demais programas socioambientais do PBA, entre eles o de remanejamento da população, apoio ao migrante, preservação do patrimônio histórico e arqueológico, conservação da flora e fauna e o próprio programa de relacionamento com a sociedade. Ou seja, a comunicação não é exógena aos demais programas do empreendimento. Ao contrário, ela é essencial para o êxito dos programas nos moldes em que foram concebidos pelo empreendedor e referendados pelo estado. Portanto, tende a ser, por princípio, comunicação estratégica¹⁴.

Se as exigências legais garantem a existência da comunicação nos empreendimentos com grande impacto socioambiental, elas não garantem *per se* a qualidade nem o cumprimento das finalidades dessa comunicação¹⁵. Uma das razões é que as questões socioambientais, temática central da comunicação, são vistas pelo estado, pelas empresas que atuam no setor elétrico e até mesmo financiadores como o Banco Mundial como um risco potencial aos negócios que tem como possíveis causas, entre outros

¹⁴ Entende-se comunicação estratégica como “aquela que, a partir de um diagnóstico, define e utiliza os recursos adequados para atingir um objetivo predeterminado”. (DUARTE, 2009, p. 61)

¹⁵ FARIA (2004, p. 85), em seu trabalho sobre a comunicação de empreendimentos elétricos, observa que “inicialmente sua pesquisa apontava para um controle da informação exercido pelos empreendedores e responsáveis pelos projetos analisados, como forma de evitar pressões de grupos contrários aos seus objetivos. No entanto, à medida que o trabalho se desenvolvia, ficava evidente a contribuição para as distorções apresentadas por parte de outros atores, tais como órgãos licenciadores ambientais e a universidade”.

fatores, o “(...) surgimento de demandas sociais e ambientais inesperadas, a ampliação da indenização da faixa de terra em torno do reservatório além do originalmente previsto (...)”¹⁶

Outra questão é a baixa especificação na legislação do que deve ser essa comunicação no âmbito privado. No caso da comunicação exigida para o PBA, a legislação não especifica quais as estratégias, planos, processos e instrumentos devem ser adotados, nem menciona o caráter público dessa comunicação, ficando seu escopo definido na tensão que se constrói entre o empreendedor, os órgãos licenciadores e fiscalizadores e a população atingida.

Ao analisar o processo de cadastramento das famílias atingidas pelos empreendimentos do setor elétrico, seguramente o ponto de maior conflito com a população e os movimentos sociais, o MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (2009, p. 29) observa que

“Piores resultados (do cadastramento) são observados quando a pesquisa de campo não é antecedida por um bom programa de comunicação” (...) A ausência de informações prévias consistentes abre precedentes para a ação defensiva da sociedade civil, fazendo com que os conflitos emergam por antecipação, dando origem a pautas reivindicatórias inegociáveis. A falta de transparência amplia a contra-informação, fazendo com que estas fragilidades iniciais deságüem em gargalos maiores nas etapas seguintes, a exemplo do que se verifica na fase de negociação dos valores dos imóveis afetados“.

Ainda segundo MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (2009, p. 30),

“A desinformação gera na população local desconfianças e frustrações quanto à eficiência dos órgãos licenciadores e os claros objetivos do empreendedor. Portanto, da forma em que se organiza hoje, o processo apenas agrava o quadro de conflito entre os atores, criando impasses na execução dos programas de compensação e realocação de famílias”.

Essas contradições conduzem inexoravelmente à discussão, mesmo que preliminar, sobre a natureza da ou das comunicações determinadas pela legislação, produzidas pelo governo federal e pelo concessionário e percebidas e produzidas pela sociedade civil. FARIA (2004) coloca a questão na forma de uma escolha pelo estado e o empreendedor de dois processos de comunicação que, considerando a evidente diferença de sua premissa, dificilmente poderão convergir: a comunicação entende a sociedade civil como objeto-cliente ou como sujeito-participante? Em outros termos, o que está em

¹⁶ Relatório Anual de Sustentabilidade de 2007 da Tractebel Energia.

discussão é se a comunicação será estratégica, tanto a governamental¹⁷ quanto a produzida pelo concessionário, ou se terá como premissa a noção de comunicação pública¹⁸.

5. Estado, mercado e sociedade civil em torno da Usina Foz do Chapecó

É fato que as decisões políticas e os interesses econômicos que levaram a construção da usina Foz do Chapecó se relacionam com o modelo de desenvolvimento do Brasil. Portanto, trata-se de um evento localizado, mas não local, e sua melhor compreensão requer necessariamente a incorporação das dinâmicas de um estado nacional que tem como projeto o desenvolvimento econômico via crescente inserção internacional. Entretanto, para fins deste trabalho considerou-se apenas o conjunto de instituições do estado, do mercado e da sociedade civil diretamente envolvidas no processo e visíveis nas disputas cotidianas.

Metodologicamente, as instituições foram mapeadas a partir de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas¹⁹, considerando suas prerrogativas legais, políticas, econômicas, sociais e comunicativas assumidas e reivindicadas publicamente, cotejadas com valorações dos próprios atores sociais por meio das entrevistas, cada um indicando livremente quem tem poder e qual poder nas decisões e disputas durante a implantação da usina.

Uma vez identificadas, as instituições foram classificadas nas categorias estado, mercado e sociedade civil e seu poder tipificado a partir do cruzamento de informações que consideram a natureza da instituição, o empoderamento legal, os papéis que desempenham nos processos, as posições que adotam nos documentos firmados entre partes e em características apontadas pelos entrevistados envolvidos nas negociações de conflitos.

¹⁷ Comunicação governamental na perspectiva de DUARTE (2009, p. 29), como a “que trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Poder Executivo e a sociedade (...)”.

¹⁸ Trabalha-se a comunicação pública a partir das referências de MATOS (2006), WEBER (2007), BRANDÃO (2009) e DUARTE (2009) como a comunicação norteada pelo interesse público, contemplando um conjunto de requisitos que possibilitem aos cidadãos, entre outros pontos, o conhecimento das questões, o diálogo entre os diferentes e reserve a possibilidade de intervir nas decisões que lhes dizem respeito.

¹⁹ Foram consultados o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), o Contrato de Outorga de Concessão, o Plano Básico Ambiental (PBA) e entrevistados representantes da direção e da comunicação da Foz do Chapecó Energia S/A e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Seguramente a questão do poder é das mais complexas e não é objeto deste trabalho uma genealogia do poder. De modo corrente, poder indica capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos sobre homens, objetos e fenômenos da natureza. (BOBBIO et alli, 1993) No caso em estudo, o poder que interessa analisar e trabalhar está no âmbito da política, é o que uma pessoa ou grupo exerce sobre o outro ou os outros. WEBER (1967) define poder como a “probabilidade que um ator em uma relação social esteja em posição de levar a efeito a sua vontade, independente da base em que essa probabilidade se assenta”. Para Foucault, o poder não é uma entidade coerente, unitária e estável. Por isso se atém às relações de poder que emergem sob complexas condições históricas e cujos efeitos são múltiplos. Uma de suas discussões interessa mais aqui: considerando que o poder somente existe em ato, a questão se desloca para o “como”, passível de ser analisado quando se observam as modalidades de exercício do poder, sua emergências históricas, os modos de aplicação, os instrumentos com que se manifesta, os campos que intervém, as redes que estabelece e seu efeitos em cada momento. (REVEL, 2005)

A abordagem trabalhada tem inspiração no modelo de política multistitucional do poder de ARMSTRONG E BERNSTEIN (2008). Nessa perspectiva, a sociedade é composta de múltiplas e contraditórias instituições sendo cada uma simultaneamente constituída por situações de classificação e práticas que concretizam o próprio sistema. Conforme os autores, “*the alternative perspective that we presente views domination as organized around multiple sources of power, each of which is simultaneously material and symbolic*”. ARMSTRONG e BERNSTEIN (2008, p. 75)

Como se trata de uma versão preliminar, para discussão, e diz respeito apenas a capacidade visível e efetiva de modificar o comportamento do outro, os atores envolvidos identificaram que as formas de poder dos demais poderiam se manifestar pela (a) capacidade de tomar decisões políticas e administrativas, alterando o processo; (b) de intervir na estrutura política e administrativa, de modo a obter modificações no processo; (c) de conceder benefícios ou vantagens econômicas diretas e indiretas aos atingidos e aos não-atingidos; (d) de fazer cumprir a legislação que baliza o processo; (e) de articular e promover a mobilização social; e (f) de criar, dispor e/ou difundir

formas de representação do processo, incluindo a produção de conhecimento e de comunicação.

Posteriormente, partiu-se para a identificação da comunicação produzida por cada ator social²⁰. Reconhecendo as dificuldades para estabelecer modelos de comunicação, adota-se aqui a perspectiva proposta por DUARTE (2009), que identifica dois instrumentos de comunicação: os de informação e os de diálogo²¹. A seguir apresenta-se o perfil das instituições identificadas no estado, no mercado e na sociedade civil.

5.1 Estado

5.1.1 Esfera federal

A partir de 2004, com o último marco regulatório do setor elétrico²², a área passou a ser planejada e regulada por um conjunto de instituições²³, cada uma com funções distintas. O modelo confere, por um lado, maior segurança ao marco regulatório, mas, por outro, dilui o ônus político das decisões, que se tornam mais “técnicas”, dificultando a interlocução e a possibilidade de interferência de populações atingidas pelos empreendimentos.

²⁰ Quanto ao corpus da pesquisa, no caso do concessionário (Foz do Chapecó Energia), o material foi obtido no trabalho de campo. No caso do estado, diante da constatação preliminar de que ele, ao se distanciar do processo, não produz uma comunicação diretamente ligada aos conflitos cotidianos, realizou-se uma pesquisa para verificar a comunicação disponibilizada nos sites dos órgãos diretamente envolvidos (MME, Ibama, Anel, Ministério Público Federal, Bndes e prefeituras). No caso da sociedade civil, a partir da identificação dos atores locais pelo cruzamento de informações das entrevistas, realizou-se uma pesquisa individual onde se constatou a inexistência de uma comunicação sistemática, à exceção do MAB. Entretanto, a pesquisa na internet revelou que uma quantidade significativa de entidades localizadas fora da região, no Brasil e no exterior, disponibilizam instrumentos de comunicação com conteúdos sobre a usina, mas raramente produzem material original. Diante da quantidade de instituições (sobretudo ongs), realizou-se uma pesquisa preliminar por amostragem em alguns ambientes virtuais dessas instituições.

²¹ Os instrumentos de informação “destacam-se pelo foco em subsídios, disponibilização e fornecimento de dados e orientações, ajudando a ampliar o conhecimento sobre um tema”. Entram nessa categoria bancos de dados, publicações institucionais, notícias de imprensa, internet, entre outros. Os instrumentos de diálogo incluem os ambientes para a troca de idéias e informações e “caracterizam-se por estabelecer instâncias de interação no âmbito de cooperação, compreensão mútua, acordos, consensos, encaminhamento na busca de soluções”. São exemplos fóruns de consulta, reuniões, mesas de negociação e consultas públicas. (DUARTE, 2009, p. 65)

²² O novo marco regulatório foi definido pelas Leis Federais nº 10.847 e nº 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo Decreto Federal nº 5.081/2004.

²³ Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica, Conselho Nacional de Política de Energia, Operador Nacional do Sistema Elétrico, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Empresa de Pesquisa Energética e Comitê de Monitoramento do Setor de Energia. Neste modelo,

A partir das entrevistas do trabalho de campo, os atores do mercado e da sociedade civil indicaram “quem” do governo federal efetivamente atua sobre o processo, convergindo de modo evidente em um primeiro plano para o Ibama e em um segundo plano para o Ministério Público Federal, o Ministério das Minas e Energia e a Anel. A seguir descreve-se as principais características de poder de cada uma das instituições na esfera federal.

a) Ibama

Do ponto de vista administrativo, o Ibama é o órgão que apresenta o maior poder potencial sobre o empreendimento. É o principal responsável pela determinação das premissas e diretrizes do projeto e a aprovação do EIA-Rima. Ou seja, produz as “regras do jogo”²⁴. Também aprova o Plano Básico Ambiental (PBA), produzido pelo empreendedor como resposta às questões estabelecidas do EIA-Rima. Assim, determina o escopo de todos os programas socioambientais, inclusive as formas de indenizações e compensações da população atingida. Também emite a licença prévia, a de instalação e a de operação da usina. E, mais importante, por meio da atuação *in loco* de seus técnicos, ele é a parte visível do estado para todos os atores, é o estado que “está presente”.

b) Ministério das Minas e Energia (MME)

Tem o poder concedente, formula e implementa as políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes do CNPE. Embora sua função de planejamento setorial contemple a contestação pública, na fase de implantação do empreendimento o MME “não aparece” e só atua diretamente no sistema em caso de conflitos, enviando “mediadores”.

c) Procuradoria Geral da República

O Ministério Público Federal pode assumir reivindicações sociais e ambientais no campo jurídico, especialmente em casos de conflito. Suas ações podem interromper ou modificar o projeto. Como participa dos fóruns de negociação, confere legitimidade ou

²⁴ Avaliação de Sady Baron, integrante da coordenação regional do MAB no Alto Rio Uruguai.

não aos termos propostos pelo concessionário e governo federal, aos acordos coletivos entre as partes e, em última instância, a todo processo²⁵.

d) Anel

Responsável pela mediação, regulação e fiscalização do funcionamento do sistema elétrico, realização de leilões de concessão de empreendimentos de geração e transmissão por delegação do MME e a licitação para aquisição de energia para os distribuidores. A Aneel tem um papel fundamental no processo, uma vez que é responsável pública pelos termos e o cumprimento dos contratos de concessão, portanto é ela quem “cobra” as condições contratuais do concessionário.

e) Eletrobrás

O estado também é dono da usina, por meio da estatal Eletrobrás, holding das estatais federais do setor elétrico, controladora de Furnas, sócia da Foz do Chapecó Energia S/A. Atua na região também por meio de outra subsidiária, a Eletrosul, responsável pela transmissão de energia. Eletrobrás e Eletrosul mantém projetos de educação ambiental na Bacia do Rio Uruguai que se sobrepõe às ações previstas no PBA da usina, e desta forma, mostra-se como a face mais visível do governo que “quer a obra”.

f) Bndes

Financiador do empreendimento. Suas normas internas provocam uma institucionalidade específica sobre o concessionário que provoca grande impacto na forma como ele se relaciona com a população atingida. Para a concessão de empréstimos exigiu a criação de uma empresa de propósito específico (voltada exclusivamente para a construção da usina). Com isso ganha segurança financeira (de que os recursos não seriam transferidos para os acionistas), mas em compensação força os atingidos a negociar com uma empresa que tem data para deixar de existir e que “os donos não aparecem”. Outra exigência é a de que no cadastramento dos atingidos para fins de indenização sejam contemplados apenas proprietários.

²⁵ Para o BANCO MUNDIAL (2008a, p. 16), “O Ministério Público (MP) tem papel relevante no sistema ambiental do país. É, de maneira geral, dentre os atores envolvidos no processo de licenciamento ambiental, o de equipe mais instruída, com mais recursos e amplos poderes. Em boa parte dos casos examinados, o MP não se limitou em empregar esses recursos para resolver problemas, mas, de fato, representou um estágio adicional – e bastante controverso – no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte, especialmente aqueles relativos a plantas hidrelétricas.”

g) Presidência da república

A presidência da república raramente é acessada pela sociedade civil nem acionada publicamente mesmo pelas demais instituições do governo federal, sendo vista pelos integrantes do sistema como o “responsável e mediador de última instância”²⁶ pela situação, suas conseqüências e eventuais conflitos não resolvidos no próprio sistema.

h) Casa Civil

A Casa Civil é a condutora da política de desenvolvimento via PAC. Como a usina Foz do Chapecó faz parte do PAC, a Casa Civil é a instância que publicamente “exige a obra” no prazo acordado, independentemente dos problemas existentes.

i) Legislativo federal

Pouco participa do processo. Suas intervenções restringem-se a ações da Comissão de Direitos Humanos no sentido de acolher reivindicações da sociedade civil em que se esgotaram as possibilidades de negociação com o empreendedor e nos casos de coação física e moral contra os atingidos. A percepção do movimento social é a de que no novo modelo do setor elétrico, com a transferência da concessão pública para a iniciativa privada, o legislativo federal, que teve forte influência nos processos dessa natureza nos anos 70 e 80, “não pode fazer mais nada”²⁷

5.1.2 Esfera estadual

Como a obra é de alçada federal, os governos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul tem um poder político reduzido, atuando mais na linha de obter e fornecer vantagens indiretas ao concessionário ou como articulador político das demandas dos governos municipais e de entidades classistas. Os dois órgãos ambientais estaduais (Fepam/RS e Fatma/SC) são representantes dos governos nas audiências públicas e atuam em

²⁶ Em 2006, diante de impasses nas negociações sobre a questão social na usina Foz do Chapecó e sem encontrar respaldo nas estruturas do estado que atuavam diretamente no processo, o MAB obteve por meio de políticos do Partido dos Trabalhadores uma “audiência” com presidente Lula na pista do aeroporto de Chapecó, entre o avião presidencial e o helicóptero que o levaria para inaugurar uma fase da obra. Após ouvir relatos de quatro atingidos, Lula interpelou o então ministro das Minas e Energia, Nelson Hubner: “Nelson, tá tudo certo?”. Hubner respondeu que sim, mas foi interrompido pela presidente do PT de Santa Catarina, Lucy Schoinasky: “É mentira presidente, não tem negociação e têm muitas famílias sem direitos”. Lula então falou: “Nelson, resolve logo isso. Eu quero inaugurar esta obra sem uma reclamação. Resolve”. Pouco tempo depois Hubner foi substituído por Edison Lobão e as reivindicações dos atingidos não foram contempladas. (Entrevista de Pedro Melchioes, coordenador regional do MAB no Alto Rio Uruguai).

²⁷ Entrevista de Pedro Melchioes.

situações que, a partir do empreendimento, afetam o meio ambiente regional. A exemplo do legislativo federal, os legislativos estaduais restringem suas ações a demandas da sociedade civil, das prefeituras ou do empreendedor.

5.1.3 Esfera municipal

Prefeituras e câmaras municipais parecem ter grande poder na fase anterior ao leilão, aceitando ou não o projeto, conforme demonstrou Duarte (2004). Durante a implantação do empreendimento eles atuam intensamente na articulação de demandas da comunidade, especialmente dos não-atingidos, no sentido de obter do concessionário e do governo federal compensações (financeiras e por meio de políticas públicas) pela perda de território, receitas e estruturas produtivas. Embora não tenham poder decisório, como de fato são os representantes políticos de cada município mantém relações com grande número de instituições do sistema. No caso em estudo tiveram papel importante na deslegitimação do MAB como representante dos atingidos e na constituição dos Comitês Municipais de Negociação, tanto pela indicação direta de representantes quanto indiretamente pelas relações com entidades de não-atingidos.

A comunicação do estado

No âmbito federal, a análise preliminar do material pesquisado revela que a comunicação produzida pelo estado é de pequena monta e diz respeito exclusivamente às ações de cada ministério, órgão ou empresa estatal, conforme sua relação com o tema e a obra. O avanço ou o estágio da construção é tema freqüente do MME, a liberação ou renovação de licenças por parte do Ibama, os investimentos por parte da Casa Civil e Bndes. Questões como conflitos ou impedimentos de qualquer natureza aparecem apenas nos instrumentos da Funai e do Ministério Público Federal. Os instrumentos de diálogo restringem-se às audiências públicas, em número reduzido.

Os instrumentos de informação mais utilizados são os noticiários de imprensa, tanto pelos próprios órgãos quanto pelas agências de informação (Secom, Radiobras, etc). Quanto a disponibilidade de informações para consulta pública por meio de bancos de dados, que é o que mais interessa o cidadão e os movimentos sociais, ela foi pesquisada nos órgãos que legalmente tem essa obrigação ou compromisso e estão diretamente envolvidos com a obra: o Ibama, o MME e a Anel. Nos três casos, entretanto,

verificou-se elevada dificuldade ou até mesmo a impossibilidade de se obter as principais informações sobre os processos da usina, todos de caráter público.

O Ministério das Minas e Energia não lista nenhuma referência ao tema “Foz do Chapecó”. A Anel abriga um volume considerável de referências sobre a usina, sobretudo contratos e termos estabelecidos com o concessionário. Entretanto, seu sistema de busca remete automaticamente ao buscador do Google, que gera 389 referências, sem qualquer ordem ou diferenças entre notícias, contratos, editais e outros documentos, tornando a busca complexa do ponto de vista do usuário.

Em tese, o Ibama é fiel depositário dos documentos que mais interessam aos atingidos, entre eles os termos de referências, EIA-Rima, PBA e seus relatórios periódicos de acompanhamento e o cadastro socioeconômico com os dados dos atingidos. Conforme MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (2009, p. 37), o site <http://www.ibama.gov.br/licenciamento> “permite a consulta aos processos e documentos do licenciamento”. Entretanto, a pesquisa nesse site só pode ser feita se o usuário portar informações prévias sobre os processos ambientais que de fato são de difíceis de se obter, embora possam ter sido públicas em algum momento (como nas publicações legais), e que não constam em ambientes usuais de informação sobre a usina, como no site da Foz do Chapecó Energia. A caixa de diálogo “Argumentos de pesquisa” do site do Ibama exige número do processo, nome do empreendedor, nome do empreendimento, tipologia, estado, nome do município, licença emitida, número/ano licença, nome do rio. As dificuldades, diante do perfil da população atingida, são evidentes.

A dificuldade de se obter informações sobre o andamento dos processos também foi constatada pelo próprio Banco Mundial na pesquisa junto ao Ibama para a análise dos processos de licenciamento referentes a quatro empreendimentos²⁸, que implicaram no reassentamento de 3.622 pessoas.

“É importante comentar a grande dificuldade de análise dos conteúdos dos processos, uma vez que os mesmos não seguem regras e procedimentos de ordenamento processual. Diversos documentos citados em pareceres não

²⁸ Aimorés (MG), pertencente a Cemig e Vale do Rio Doce; Ipueiras (TO), do Grupo Rede, São Salvador (TO), da Tractebel Electricity & Gás Internacional, e Itumirim (GO), da Companhia Energética de Itumirim.

constam dos processos, os documentos estão muitas vezes sem seqüência cronológica, etc. Os estudos ambientais - EIA/RIMA, PBA, Estudos Complementares, Relatórios de Monitoramento (entre outros) não estão inseridos no processo e se encontram arquivados em outro local, gerando dificuldades para a obtenção de cópias.” (BANCO MUNDIAL, 2008b, p.21)

Na esfera estadual, praticamente não se observa comunicação. Na esfera municipal, observa-se um conjunto significativo de instrumentos de comunicação, sobretudo na forma de noticiário de imprensa (nos jornais e rádios locais) e discursos nos legislativos municipais. Destaca-se também a existência formal de instrumentos de diálogo por meio de reuniões com a comunidade e dos Comitês Municipais de Negociação, embora nesse caso o envolvimento do poder público dependa de sua matriz política e não contemple a participação do movimento social.

5.2 Mercado

Fazem parte do mercado que se forma em torno da usina o concessionário, os grandes fornecedores de materiais e equipamentos eletromecânicos, os fornecedores locais de insumos e mão de obra, os agentes financeiros privados nacionais e internacionais.

5.2.1) Concessionário

A Foz do Chapecó Energia S/A assume o compromisso contratual com a Annel para construir a obra nos prazos e condições determinadas no leilão de concessão, sob pena de pesadas multas. Diante de um projeto de R\$ 2 bilhões, o concessionário contrata financiamentos em instituições públicas e privadas e escolhe um consórcio de empresas especializadas para a construção da usina. Na prática, torna-se apenas gestor do projeto executivo, uma vez a execução da construção e do PBA é terceirizada. Empoderado pela concessão pública, define a interpretação das condições legais determinadas pelo governo federal (pelo EIA-Rima e o Plano Básico Ambiental) para a implantação e operação da usina e, por consequência, define a condição dos atingidos e paga as indenizações²⁹. Negocia (ou não) com as entidades de representação dos atingidos.

²⁹ No caso específico da relação com os atingidos, esse poder permite definir à própria condição de atingido, uma vez que é o concessionário quem determina se o cidadão encaixa-se ou não nas categorias previstas no documento elaborado pelos Comitês Municipais (do qual ele fez a minuta). Esse poder é extremamente ameaçador junto à população atingida, pois caso não seja enquadrável só resta ao cidadão recorrer à Justiça. O concessionário e o MAB discordam quanto ao conceito de atingido e quanto ao número de atingidos. Para o concessionário, atingido é quem está na área do reservatório. Para o MAB é quem tem perdas de qualquer natureza com a obra. No caso em estudo a diferença entre as duas visões são cerca de 700 famílias. A discussão foi trabalhada de modo intenso por VAINER (1993).

Atende demandas compensatórias solicitadas pelos governos municipais e de não-atingidos. Exerce forte poder junto a fornecedores e no mercado local (via aquisição de bens), na comunidade (via geração de empregos temporários e por benefícios indiretos) e na mídia local e regional (via informação e propaganda).

5.2.2) Fornecedores

Grupo formado por grandes empresas nacionais e estrangeiras detentores dos contratos de construção civil e de equipamentos eletromecânicos, que mantém forte vínculo com a esfera política e com o mercado local (via compras de bens e mão de obra). A construção da usina é feita pelo Consórcio Volta Grande, formado pela Camargo Corrêa (construção civil), a CNEC Engenharia (projeto) e a Alstom Hydro Energia do Brasil (subsidiária da francesa Alstom, fornecedora dos equipamentos eletromecânicos). Todos os programas socioambientais previstos no PBA são coordenados pela empresa Socioambiental, que os desenvolve em parceria com universidades públicas e privadas.

5.2.3) Mercado local

As empresas locais e da região se beneficiam com o aumento temporário da demanda por bens e serviços.

A comunicação do mercado

O mercado local não mantém instrumentos de comunicação midiáticos, mas são as mais freqüentes fontes da imprensa local e utilizam-se de discursos de suas lideranças em eventos públicos e políticos. Atuam junto aos governos municipais e instituições de representação classistas e de não-atingidos (associações comerciais e industriais e clubes de diretores lojistas). Além disso, participam ativamente de instrumentos de diálogo, especialmente reuniões em torno da temática “desenvolvimento regional”.

No caso dos grandes fornecedores, observa-se que o Consórcio Volta Grande produz apenas uma comunicação voltada aos empregados. Mas as empresas que compõe o consórcio mantém instrumentos de informação, especialmente via noticiário de imprensa e internet. A chegada do conjunto de turbinas produzida pela Alston, por exemplo, transformada em notícia para a imprensa por uma assessoria especializada obteve grande repercussão na mídia e na imprensa, como um indicador do estágio das obras.

Quanto ao concessionário, seu programa de comunicação³⁰ tem como objetivo “a criação de um canal de comunicação contínua entre o empreendedor e as comunidades afetadas de modo a facilitar o processo de inserção do empreendimento na região e a integração da população às novas condições criadas, bem como seu envolvimento nos demais programas ambientais que deverão ser implantados.” (ECSA, 2003, p. 491)

A análise preliminar dos instrumentos de comunicação desenvolvido pela Foz do Chapecó Energia constata a existência de programas de rádio (uma hora semanal, aos sábados, em emissoras AM da região), relises sistemáticos para a imprensa, jornal próprio, colunas semanais pagas em jornais da região, website, cartilhas, panfletos e banners. O site da empresa oferece a opção de acesso a documentos, mas seu conteúdo se restringe ao *Relatório de aquisição do canteiro de obras* e ao *Relatório fotográfico da mudança das famílias relocadas para implantação do canteiro de obras*. Além disso, o site não possibilita maior interatividade com o usuário: a única opção é via formulário eletrônico.

No caso de instrumentos de diálogo, a empresa mantém em cada município atingido um centro de atendimento à população, que na prática funciona como um posto de encaminhamento de solicitações. Sua estratégia de comunicação está assentada na promoção de reuniões nas comunidades, nas visitas programadas e na ascendência sobre os Comitês Municipais de Negociação. A comunicação da empresa tem forte componente interpessoal. As experiências de usinas anteriores levaram aos gestores a crer que no caso de populações atingidas por hidrelétricas, e para os propósitos a que se destinam, entre opções de comunicação midiáticas somente o rádio tem alguma - e relativa - eficácia³¹.

³⁰ O Programa de Comunicação Social do PBA foi elaborado por um economista e tem como referências bibliográficas apenas três obras: Antropologia da Comunicação Visual, de Massimo Cannavacci; O que é comunicação?, de Juan E. Diaz Bordenave e Comunicação, teoria e prática social, de Uduardo Neiva Jr.

³¹ Como a obra está em andamento, ainda não foi possível totalizar os instrumentos de comunicação da Foz do Chapecó Energia. Mas a título de ilustração, durante a construção da Usina Machadinho (1998-2002), distante cerca de 100 km de onde se está construindo a Usina Foz do Chapecó, somente no âmbito do subprograma de relacionamento com a comunidade foram realizados 193 programas veiculados semanalmente em 13 emissoras de rádio da região, produzidos 31 folderes e audiovisuais sobre o andamento da obra e implantação dos programas ambientais; redigidos 104 relises enviados aos veículos de comunicação, recebidos 33.217 visitantes no centro de apoio e realizadas 6.522 reuniões com a comunidade. (NÉSPOLI e PIZZATO, 2007)

5.3 Sociedade civil

A composição da sociedade civil que emerge em torno da construção da usina pode ter vários cortes, entre eles por instituições ligadas a população atingida e não-atingida ou entre os que vêm o empreendimento de forma positiva ou negativa, sendo que diversas combinações entre essas perspectivas foram constatadas no trabalho de campo, ligadas sobretudo a posição política de cada uma das instituições envolvidas³².

Assim, a questão da representação, ou seja, quem tem o direito de agência, o direito de representar, nos termos propostos por LAVALLE (2009), torna o poder mais fragmentado na sociedade civil (ARMSTRONG e BERNSTEIN, 2008), com natureza, intensidade e, sobretudo, mecanismos distintos em cada situação e em cada fase do processo.

Embora se sobressaia o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), outras instituições lutam pelo monopólio da representação, especialmente os Comitês de Municipais de Negociação, criados pelo concessionário em articulação política com prefeituras e legislativos municipais. Há que se considerar ainda o papel de outras instituições que ganham poder ao se articularem com concessionário, obtendo benefícios materiais, como os clubes de mães e damas, os grupos de idosos, entidades esportivas, clubes 4S e colônias de pescadores.

5.3.1 Movimento dos Atingidos por Barragens

O MAB é a única instituição que se caracteriza como movimento social³³. Por meio de uma coordenação regional, organiza os atingidos e assume a condição de seu legítimo representante. Tem capacidade de articulação para além da dimensão local, via próprio movimento e conexões de rede com outros movimentos sociais, inclusive no exterior.

³² DUARTE (2004) também constatou a complexidade dessa situação no processo de licitação da usina São Jerônimo da Serra, no Paraná, quando se mostravam contrários ao empreendimento os religiosos católicos (70%) e os políticos de oposição (90%); favoráveis os políticos de situação (94%), os agricultores (60%), os fazendeiros (83%) e os indígenas (88%); havendo equilíbrio nas posições de comerciantes e pessoas ligadas à educação.

³³ SCHERER-WARREN (s.d., p. 2) define movimentos sociais como “redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, em torno de identidades ou identificações comuns, definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto de utopia de transformação social”. Ou seja, considera a interação em rede como “algo constitutivo dos movimentos sociais”. Nesse sentido, as redes de movimentos sociais referem-se a “síntese articulatória, à amálgama, ou às redes do agir e pensar coletivo de vários atores.” (SCHERER-WARREN, s.d., p. 3)

Produz encaixes no estado, sobretudo no governo federal, com influência no Congresso Nacional. Tem capacidade de mobilização para ações. Organiza parte dos atingidos e tem ascendência sobre o reassentamento coletivo da usina. Intermedia algumas políticas públicas sociais do governo federal para os atingidos (Fome Zero) e participa junto com a Eletrobrás e Eletrosul e a Unochapecó de um programa de capacitação ambiental para professores de toda a região noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina.

5.3.2 Comitês Municipais de Negociação

Criado por iniciativa do concessionário e com apoio dos governos municipais, é o “fórum oficial” de participação da comunidade, incluindo entre seus participantes atingidos e não-atingidos. Suas decisões “legitimaram” os termos das indenizações. Os Comitês Municipais de Negociação deveriam funcionar, em tese, como um espaço participativo-deliberativo³⁴ das questões em torno do projeto. Entretanto, na mesma linha de análise de LÜCHMANN e BORBA (2007) sobre os conselhos gestores e os orçamentos participativos municipais observa-se que o modelo apresenta distorções evidentes, sobretudo quanto ao papel das elites políticas e o desenho institucional. Os Comitês foram constituídos pelo concessionário, em articulação política com os governos municipais, interessados em criar um espaço alternativo às audiências públicas e neutralizar as organizações das comunidades, que vinham sendo constituídas pelo MAB desde 1999. Além disso, seu desenho institucional prevê um conjunto considerável de atores não-atingidos que, uma vez articulados, podem “capturar” o próprio Comitê.

5.3.3 Igrejas

As igrejas católica, luterana e neopentecostais tem forte atuação na região, orientando os atingidos em algumas situações. Também criam espaços de discussão transversais a todas as demais instituições que participam do processo. Tem forte capacidade cognitiva. Entretanto, sua ação política não é homogênea, enquanto instituição, dependendo das posições políticas individuais de padres, pastores e bispos frente às situações localizadas em suas paróquias e dioceses.

³⁴ FUNG E COHEN (2007, p. 233) apontam que a conquista simultânea da participação e da deliberação é complicada e que arranjos participativo-deliberativos representam a opção mais promissora de uma proposta de democracia radical. Nesse sentido, apontam como um dos grandes desafios a relação que se estabelece entre representação competitiva e arranjos participativo-deliberativos.

5.3.4 Entidades classistas, culturais e de lazer

Representação de grupos específicos, em geral de não-atingidos, interessados em obter benefícios ou compensações. Grande articulação com o concessionário, o governo municipal e o mercado local. Destacam-se os clubes de mães e damas, os grupos de idosos, entidades esportivas (especialmente times de futebol amador), clubes 4S e colônias de pescadores.

5.3.5 Organizações não-governamentais

No plano local, a pesquisa revelou uma baixa participação de ongs no processo. Defensores de causas específicas, sobretudo ligadas ao meio ambiente e o desenvolvimento regional, destacam-se a Associação dos Amigos do Rio Uruguai (base da classe média urbana, sobretudo em Chapecó), Instituto Iberê (criado em torno dos interesses das prefeituras) e a Associação de Proteção Ambiental (ONG formada por ex-integrantes do MAB oriundos do processo de construção da usina Campos Novos e que se “repatriou” para a região, com foco nos interesses jurídicos dos atingidos). Entretanto, para além da dimensão local, observa-se a apropriação da temática da usina por ongs de alcance nacional e internacional, ligadas às questões ambientais e aos movimentos sociais.

A comunicação da sociedade civil

A comunicação da sociedade civil é retrato de sua própria heterogeneidade. No nível local, à exceção dos instrumentos de informação produzidos pelo MAB, praticamente não existem instrumentos midiáticos produzidos especificamente sobre o tema. Seguramente o mais utilizado é a comunicação interpessoal e a reunião, entendida aqui tanto como os encontros formais de entidades classistas, culturais e de lazer quanto a que se dá no plano religioso.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é a instituição que reúne maior diversidade de instrumentos de informação. Pode-se dividir esses instrumentos em dois grupos: os que tem foco na região diretamente atingida e os que tem foco no debate que se processa fora desse ambiente. No nível local, o MAB produz relises semanalmente e envia para todos os veículos da região, se insere como fonte de noticiário de imprensa em rádios comerciais e comunitárias, seus dirigentes produzem artigos de opinião, participam de eventos, palestras e debates em universidades, igrejas e escolas (quando

podem usar vídeos próprios), elabora cartilhas, panfletos para mobilizações. Dois outros instrumentos foram desativados por falta de recursos: um informativo regional (bimestral) e um programa semanal de rádio³⁵ veiculado nas rádios de São Carlos (SC) e Alpestre (RS) entre 1999 a 2006. As reuniões nas comunidades tem baixa incidência, ocorrendo a cada três a quatro meses. No caso do ambiente externo ao cotidiano da usina, o MAB produz material de imprensa específico para divulgação na internet, via site do MAB nacional e apoio de outros movimentos sociais, entre eles a Via Campesina. A pesquisa preliminar identificou uma complexa rede de reprodução dessas informações no Brasil e no exterior.

Quanto aos instrumentos de diálogo, no final dos anos 90, diante da iminência da construção e das experiências nas usinas anteriores na calha do Uruguai, o MAB organizou nas comunidades que seriam atingidas uma estrutura que em tese seria capaz de, dialogicamente, informar e ser informada, discutir e deliberar, organizar e mobilizar os atingidos em cada fase do processo. As comissões das comunidades eram abertas a todos os interessados, sendo cada uma composta por um número variável de membros, que se reuniam periodicamente para, de um lado, levantar questões particulares dos atingidos e transformá-las em reivindicações encaminhadas para negociação via MAB e, de outro, receber do MAB informações que circulavam fora dessa esfera comunitária, sobretudo das decisões políticas e legais do governo e das negociações e ações com o empreendedor. Esse processo comunicativo/deliberativo permitia tanto a solução de questões particulares, inacessíveis diante da condição de cada atingido (“a minha situação, a minha indenização”) bem como coletivas, relacionadas ao posicionamento político diante do processo (contrário ou de aceitação da usina, condições para aceitação). Conforme visto no item 5.3.2, a criação por iniciativa do concessionário de uma estrutura similar, mas de caráter municipal (os Comitês Municipais de Negociação), esvaziou esse instrumento do MAB. Em contrapartida, o MAB recusou-se a participar dos Comitês.

³⁵ O programa de rádio foi desativado porque custava cerca de R\$ 500,00 por mês e pela avaliação de tinha retorno incerto. Além disso, em diversas oportunidades o conteúdo do programa deflagrou o que o MAB qualifica de “criminalização” do movimento, uma vez que a partir das falas seus dirigentes eram objeto de ações civis e criminais. Entrevista de Sady Baron.

6. Muitos poderes, poucos poderosos

Este é um estudo de caráter preliminar, no âmbito de um projeto de pesquisa de doutorado em andamento, que permitiu identificar as instituições que atuam em torno da implantação da Usina Foz do Chapecó, bem como algumas relações de poder e a comunicação que produzem.

Observa-se que ao distanciar-se do processo, o estado tornou-se mais uma instituição gerencial-defensiva, repassando a tarefa empreendedora-ofensiva (a face geradora de conflitos) ao mercado, executada pelos interesses privado-estatais: ele assume um papel de fixador das regras gerais (econômicas, sociais e ambientais), instrumentaliza seus órgãos como gestores e árbitros, transferindo para o empreendedor-concessionário as questões executivas, que interferem diretamente sobre a população atingida. Assim, abstém-se dos conflitos cotidianos (que passam então para a esfera privada ou são judicializadas)³⁶. Constatou-se que a comunicação do estado é episódica, de baixa intensidade, basicamente por meio do instrumento de informação notícia para imprensa, via internet. O acesso a banco de dados, sobretudo documentos sob responsabilidade do Ibama, essenciais aos processos de negociação, é restrito, quando não impossível para o cidadão. Pode-se inferir que aqui está uma das fontes da assimetria de informações que se verifica na relação concessionário-atingido, já observada em muitas pesquisas na fase anterior ao leilão de concessão.

No sistema mercado, o concessionário aparece com maior intensidade e diversidade de poder e de instrumentos de comunicação. O concessionário é empoderado política e legalmente pelo estado por meio da concessão pública, tem poder econômico proveniente do capital, social pela capacidade efetiva de ditar em grande medida o modelo da nova sociedade local e cognitiva/simbólica pela produção e difusão sistemática de comunicação. A comunicação do concessionário dispõe de um grande volume de instrumentos de informação, embora com poucos mecanismos de interação do usuário. A opção pela comunicação interpessoal, sobretudo a reunião, ampliou significativamente os instrumentos de diálogo, embora seja necessário avançar nos estudos para verificar se de fato eles permitem o diálogo, no sentido proposto por

³⁶ SCHERER-WARREN e LÜCHMANN (2004, p. 27) questionam se a “recente aproximação dos governos de esquerda de instrumentos de gestão gerencial ou do desenvolvimento de novas orientações (e projetos) político-administrativas, ainda não devidamente mapeadas e compreendidas” também não podem ser entendidos como externalizações da “confluência perversa” definida por DAGNINO (2002).

DUARTE (2009, p. 61). A constituição dos Comitês Municipais de Negociação, embora positiva em essência, uma vez que sobreposta a uma estrutura já existente acentuou a tendência ao não-diálogo entre o concessionário e o MAB. Ou seja, cada uma das instituições tem seus próprios instrumentos de diálogo, não participa e tenta deslegitimar o do outro.

Na sociedade civil, fica evidente o aumento do número de instituições participando do processo em relação a outras experiências recentes de construção de hidrelétricas, inclusive com a criação de organizações voltadas para a temática. Mas o fenômeno precisa ser estudado com maior profundidade para ser aceito como um indicador de vivacidade da sociedade civil, uma vez que a questão chave nessa situação, como também coloca LVALLE (2009), é compreender quem organiza e controla essas instituições. A comunicação da sociedade civil é fragmentada, sendo que o MAB é a única instituição a manter de forma sistemática, mas em menor intensidade que o concessionário, instrumentos de informação e diálogo. Entretanto, isso não significa que a sociedade civil participe menos desse ambiente comunicação, pois é preciso analisar, em etapas posteriores, a resultante dos inputs conferidos por cada um dos participantes em cada momento, especialmente a capacidade que alguns atores da sociedade civil tem de acessar diretamente o subsistema midático.

Finalmente, as insuficiências ou omissões da legislação sobre a natureza da comunicação que deve se estabelecer a partir do concessionário quando do recebimento de uma concessão pública parece estar no centro da questão. Na transposição do público para o privado, em algum ponto do caminho, a comunicação perde sua dimensão pública e tende a se converter em comunicação estratégica. Isso evidentemente reduz o espaço para a cidadania, mas aparentemente mantém numa zona de conforto o estado e o concessionário, interessados na conclusão da obra com alguma legitimidade social.

Referências

- ARATO, A.; COHEN, J. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, L. (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- ARMSTRONG, E. e BERNSTEIN, M. **Culture, power, and institutions: a multi-institutional politics approach to social movements**. Sociological Theory 26:1 March 2008
- BANCO MUNDIAL - **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil – Uma Contribuição para o Debate**. Relatório Síntese. 2008a. disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTLACBRAZILINPOR/Resources/Brazil_licenciamento_SintesePortugueseMarch2008.pdf . Acesso em 16/11/2009.
- BANCO MUNDIAL - **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate (Em Três Volumes) Volume III: Anexos Técnicos**. 2008b.
- BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **A efetividade do direito à informação ambiental**. Universidade de Brasília - Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de mestrado (profissionalizante). 2004.
- BOBBIO (et alli, 1993). **Dicionário de política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996
- BRANDÃO, Elizabeth P. Conceito de comunicação pública. In.: Duarte, Jorge (Org.) **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo : Atlas, 2009.
- COSTA, Sergio e SOARES MELO, Rurion. **Sociedade civil, Estado e Direito na América Latina: Três modelos interpretativos**. 2009. Estudos sobre Las normas em América Latina, Santiago de Chile, 2009. xerox
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In.: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DUARTE, Amauri Duarte. **Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo: Conflitos e Contrastes**. Universidade Estadual de Maringá – Geografia. Dissertação de mestrado. 2004.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In.: Duarte, Jorge (Org.) **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo : Atlas, 2009.
- ECSA – Engenharia e Consultoria Sócio-Ambiental S/C. **Projeto Básico Ambiental – PBA do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó**. Florianópolis, 2003
- FARIA, Ivan Dutra. **O Descompasso e o Piroscópio: Uma análise dos Conflitos Sócioambientais do Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Universidade de Brasília - Desenvolvimento Sustentável. Tese de doutorado. 2004
- FIGUEIREDO, Isabella Lira. **Comunicação como instrumento de gestão ambiental: a participação social nos processos de licenciamento ambiental do setor elétrico**. Universidade Federal Fluminense - Ciência Ambiental. Dissertação de mestrado. 2002
- GALHARDO, Camila Rocha. **O Licenciamento Ambiental de PCH e a Comunicação Social : Análise dos Estudos de Caso de Funil e Carangola**. Universidade Federal de Itajubá - Engenharia de Energia. Dissertação de mestrado. 2007
- GUICHENEY, Hellen. **Deliberação e problematização socioambiental em torno da PCH-Aiuruoca: A constituição política da categoria de atingidos**. Programa de Pós-

graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Dissertação de mestrado. 2008

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, Cedec, São Paulo, n.36, p.39-53, 1995.

LAVALLE, Adrian. Palestra proferida no Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina em 29/05/2009.

LUCHMANN, L. H: H. e BORBA, J. **Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes**. Trabalho apresentado no Seminário Temático: Estrutura social, ação coletiva e poder político do 31 Encontro Anual da Anpocs (2007), UFSC.

MAIA, Rousiley C.M (coord.). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008

MARQUES, Cristiane Peres Bergamini. **O Setor Elétrico Brasileiro e a Mídia Impressa (Jornais): Um Estudo da Participação da Opinião Pública na Definição de Empreendimentos Energéticos**. Universidade Estadual de Campinas - Planejamento de Sistemas Energéticos. Dissertação de mestrado. 2006

MATOS, Heloiza H. G. Comunicação política e comunicação pública. *Organicom*. Ano 3. n. 4, 1. sem. 2006.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Proposta para regulamentar a elaboração e aplicação de cadastros socioeconômicos, no âmbito do licenciamento de empreendimentos hidrelétricos e do processo de desapropriação para fins de utilidade pública**. Outubro 2008.

NÉSPOLI, Regina e PIZZATO, Roberto (orgs.). **Usina hidrelétrica Machadinho: memória técnica**. Florianópolis : NPE/UFSC, 2007

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos. Claraluz, 2005

SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (orgs.). **Memória do setor elétrico na região sul**. Florianópolis : Edusfsc, 2002

SCHERER-WARREN, I. e LUCHMANN, L. H. H. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil**. *Política & Sociedade*, n.5, out. de 2004

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**, 17 p., (texto).

VAINER, Carlos B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In.: MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas. Editora da Unicamp, 1993

WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. *LOGOS 27: Mídia e democracia*. Ano 14, 2º semestre 2007

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo : Cultrix, 1967